



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Edital

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 07/2021

Exclusivo para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) - Lotes 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13 e 14.

(Lei Estadual nº 17.928/2012 – art. 7º)

Cota Reservada para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) - Lotes 2, 11, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36 e 38

(Lei Estadual nº 17.928/2012, art. 9º)

PROCESSO Nº 202117647000046

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO – SRP

TIPO: MENOR PREÇO – POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, por intermédio de seu Pregoeiro Marcelo Martins Nogueira Lima e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 175/2020 - SEAPA, de 04 de novembro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que às **09 horas do dia 08/10/2021**, realizará o certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP**, do tipo **MENOR PREÇO – POR LOTE**, no modo de disputa **ABERTO**, em sessão pública eletrônica, através do site www.comprasnet.go.gov.br, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decreto Estadual nº 7.437/2011, Decreto Estadual nº 7.468/2011 e Decreto Estadual nº 7.466/2011, Lei Estadual nº 18.672/2014, Lei Complementar nº 117/2015, Lei Estadual nº 20.489/2019, no que couber e demais normas aplicáveis à espécie, bem como as disposições fixadas neste Instrumento Convocatório e Anexos.

1 – DO OBJETO

1.1 O presente Pregão Eletrônico tem por finalidade o Registro de Preços para eventual aquisição de **Sementes, Manivas de Mandioca, Fertilizantes e Condicionador de Solo** para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA e demais órgãos interessados, conforme especificações do Anexo I deste Edital.

2 – LOCAL, DATA E HORA

2.1 O Pregão Eletrônico - SRP será realizado em sessão pública, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no dia **08/10/2021**, às **09 horas**, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

2.2 As propostas com a descrição do objeto ofertado e o preço, bem como os documentos de habilitação exigidos neste Instrumento Convocatório, deverão ser apresentados a partir da divulgação do Edital no sítio eletrônico até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

2.3 A fase competitiva terá início previsto para o dia **08/10/2021** às **09 horas e 10 minutos**, com duração mínima de **10 (dez) minutos**.

2.4 Na hipótese de não haver expediente na data acima referida, fica este PREGÃO, automaticamente, transferido para o dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2.5 Todas as referências de tempo contidas neste Instrumento Convocatório, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão as empresas:

- a) do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídas;
- b) que atendam as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos;
- c) que possuam cadastro obrigatório (certificado de registro cadastral – CRC emitido pelo CADFOR ou por certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral). O certificado de registro cadastral deverá estar homologado e válido na data de realização do Pregão. Caso o CRC apresente “status irregular”, será assegurado à licitante o direito de apresentar, via e-mail, a documentação atualizada e regular na própria sessão. A licitante vencedora que se valer de outros cadastros para participar de pregão por meio eletrônico deverá providenciar sua inscrição junto ao CADFOR, como condição obrigatória para a sua contratação;
- d) que, previamente, realizem o credenciamento junto ao ComprasNet.GO.

3.2 A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação de *login* e senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial em data e horário previstos neste Instrumento Convocatório, exclusivamente por meio eletrônico.

3.3 Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico www.comprasnet.go.gov.br, o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no Instrumento Convocatório.

3.4 É vedada a participação de empresa:

3.4.1 Em recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, exceto para empresas cuja recuperação foi homologado judicialmente.

3.4.2 Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo único, da Lei Federal 8.666/93.

3.4.3 Que esteja suspensa de licitar junto ao Cadastro Unificado do Estado – CADFOR.

3.4.4 Que esteja impedida em contratar com o Poder Público junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

3.5 As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a SEAPA não será, em nenhum caso, responsável por estes custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.6 Conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 7.466/2011 e Lei Complementar 123/2006, será assegurada preferência de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas.

3.6.1 Para usufruir dos benefícios estabelecidos no Decreto Estadual nº 7.466/2011, a licitante que se enquadrar como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, deverá declarar-se como tal e, ainda, deverá apresentar a documentação comprobatória (Balanço Patrimonial do último exercício financeiro, devidamente chancelado pela Junta Comercial);

3.6.1.1 Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

3.6.2 O próprio sistema disponibilizará à licitante a opção de declarar-se como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada. A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei supramencionada;

3.6.3 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas;

3.6.3.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço registrado para o lote;

3.6.3.2 O critério de desempate, preferência de contratação, aqui disposto somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada;

3.6.3.3 A preferência aqui tratada será concedida da seguinte forma:

I – ocorrendo empate, a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto licitado em seu favor;

II – o direito de preferência previsto no inc. I será exercido, sob pena de preclusão, após o encerramento da rodada de lances, devendo ser apresentada nova proposta no prazo máximo de cinco minutos para o lote em situação de empate;

III – na hipótese da não contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada com base no inc. I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

3.6.3.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item **3.6.3.3**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.7 Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no Art. 3º da referida Lei.

4 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

4.1 Qualquer cidadão ou eventual licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão.

4.2 Caberá o Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 2 (dois) dias úteis.

4.3 Se reconhecida a procedência das impugnações ao Instrumento Convocatório, a Administração procederá à sua retificação e republicação com devolução dos prazos.

4.4 Os pedidos de esclarecimentos ou impugnação ao Instrumento Convocatório deverão ser encaminhados exclusivamente via sistema eletrônico.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 O acesso ao credenciamento será aos licitantes com cadastro HOMOLOGADO pelo CADFOR (Cadastro Unificado do Estado) do Núcleo de Suprimentos, Logística e Frotas da SEAD, e aos licitantes que optarem em utilizar outros cadastros que atendam à legislação pertinente, após efetuar seu credenciamento simplificado junto ao CADFOR, tendo seu registro na condição de CREDENCIADO.

5.1.1 Para cadastramento, renovação cadastral e regularização, o interessado deverá atender a todas as exigências do Cadastro Unificado do Estado – CADFOR do Núcleo de Suprimentos, Logística e Frotas da SEAD. A relação de documentos para cadastramento está disponível no site www.comprasnet.go.gov.br.

5.1.2 Não havendo pendências documentais será emitido o CRC – Certificado de Registro Cadastral pelo CADFOR.

5.2 Os interessados que estiverem com o cadastro homologado deverão credenciar-se pelo site www.comprasnet.go.gov.br, opção "login do FORNECEDOR", conforme instruções nele contidas.

5.3 O credenciamento dar-se-á de forma eletrônica por meio da atribuição de chave de identificação ou senha individual.

5.4 O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.

5.5 O credenciamento do usuário implica sua responsabilidade legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.6 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a SEAPA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.7 As informações complementares para cadastro e credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones (62) 3201-6629 e 3201-6625 e para operação no sistema ComprasNet.GO pelo telefone (62) 3201-8752.

6 – DAS PROPOSTAS

6.1 As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site www.comprasnet.go.gov.br a partir da publicação deste Instrumento Convocatório.

6.1.1 Na data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, o sistema automaticamente bloqueará o envio de novas propostas.

6.1.2 O Lote 1 - "Item 1 Sementes de arroz, Item 2 Sementes de feijão e Item 3 Sementes de milho" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.2.1 Lote 1:

"Item 1 - Sementes de arroz", quantidade 2.700 Kg (dois mil e setecentos quilos), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Sementes de feijão", quantidade 2.250 Kg (dois mil duzentos e cinquenta quilos), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 3 - Sementes de milho", quantidade 9.000 Kg (nove mil quilos), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.2.2 Lote 2:

"Item 1 - Sementes de arroz", quantidade 900 Kg (novecentos quilos), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Sementes de feijão", quantidade 750 Kg (setecentos e cinquenta quilos), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 3 - Sementes de milho", quantidade 3.000 Kg (três mil quilos), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

6.1.3 O Lote 10 - "Item 1 Sementes de arroz, Item 2 Sementes de feijão, Item 3 Sementes de milho e Item 4 Manivas de mandioca" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.3.1 Lote 10:

"Item 1 - Sementes de arroz", quantidade 573 Kg (quinhentos e setenta e três quilos), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Sementes de feijão", quantidade 477 Kg (quatrocentos e setenta e sete quilos), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 3 - Sementes de milho", quantidade 1.908 Kg (um mil novecentos e oito quilos), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 4 - Manivas de mandioca", quantidade 21.000 und (vinte e uma mil unidades), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.3.2 Lote 11:

"Item 1 - Sementes de arroz", quantidade 191 Kg (cento e noventa e um quilos), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Sementes de feijão", quantidade 159 Kg (cento e cinquenta e nove quilos), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 3 - Sementes de milho", quantidade 637 Kg (seiscentos e trinta e sete quilos), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 4 - Manivas de mandioca", quantidade 7.000 und (sete mil unidades), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

6.1.4 O Lote 15 - "Item 1 Fertilizante e Item 2 Condicionador de solo" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.4.1 Lote 15:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 168,75 ton (cento e sessenta e oito vírgula setenta e cinco toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 1.125 ton (um mil cento e vinte e cinco toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.4.2 Lote 16:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 56,25 ton (cinquenta e seis vírgula vinte e cinco toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 375 ton (trezentos e setenta e cinco toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

6.1.5 O Lote 17 - "Item 1 Fertilizante e Item 2 Condicionador de solo" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.5.1 Lote 17:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 36 ton (trinta e seis toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 238,50 ton (duzentos e trinta e oito vírgula cinquenta toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.5.2 Lote 18:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 12 ton (doze toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 79,50 ton (setenta e nove vírgula cinquenta toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

6.1.6 O Lote 19 - "Item 1 Fertilizante e Item 2 Condicionador de solo" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.6.1 Lote 19:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 36 ton (trinta e seis toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 238,50 ton (duzentos e trinta e oito vírgula cinquenta toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.6.2 Lote 20:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 12 ton (doze toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 79,50 ton (setenta e nove vírgula cinquenta toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

6.1.7 O Lote 21 - "Item 1 Fertilizante e Item 2 Condicionador de solo" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.7.1 Lote 21:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 36 ton (trinta e seis toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 238,50 ton (duzentos e trinta e oito vírgula cinquenta toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.7.2 Lote 22:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 12 ton (doze toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 79,50 ton (setenta e nove vírgula cinquenta toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

6.1.8 O Lote 23 - "Item 1 Fertilizante e Item 2 Condicionador de solo" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.8.1 Lote 23:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 36 ton (trinta e seis toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 238,50 ton (duzentos e trinta e oito vírgula cinquenta toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.8.2 Lote 24:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 12 ton (doze toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 79,50 ton (setenta e nove vírgula cinquenta toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

6.1.9 O Lote 25 - "Item 1 Fertilizante e Item 2 Condicionador de solo" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.9.1 Lote 25:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 36 ton (trinta e seis toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 238,50 ton (duzentos e trinta e oito vírgula cinquenta toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.9.2 Lote 26:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 12 ton (doze toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 79,50 ton (setenta e nove vírgula cinquenta toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

6.1.10 O Lote 27 - "Item 1 Fertilizante e Item 2 Condicionador de solo" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.10.1 Lote 27:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 36 ton (trinta e seis toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 238,50 ton (duzentos e trinta e oito vírgula cinquenta toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.10.2 Lote 28:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 12 ton (doze toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 79,50 ton (setenta e nove vírgula cinquenta toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

6.1.11 O Lote 29 - "Item 1 Fertilizante e Item 2 Condicionador de solo" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.11.1 Lote 29:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 36 ton (trinta e seis toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 238,50 ton (duzentos e trinta e oito vírgula cinquenta toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.11.2 Lote 30:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 12 ton (doze toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 79,50 ton (setenta e nove vírgula cinquenta toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

6.1.12 O Lote 31 - "Item 1 Fertilizante e Item 2 Condicionador de solo" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.12.1 Lote 31:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 36 ton (trinta e seis toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 238,50 ton (duzentos e trinta e oito vírgula cinquenta toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.12.2 Lote 32:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 12 ton (doze toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 79,50 ton (setenta e nove vírgula cinquenta toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

6.1.13 O Lote 33 - "Item 1 Fertilizante e Item 2 Condicionador de solo" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.13.1 Lote 33:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 36 ton (trinta e seis toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 238,50 ton (duzentos e trinta e oito vírgula cinquenta toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.13.2 Lote 34:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 12 ton (doze toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 79,50 ton (setenta e nove vírgula cinquenta toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

6.1.14 O Lote 35 - "Item 1 Fertilizante e Item 2 Condicionador de solo" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.14.1 Lote 35:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 33,75 ton (trinta e três vírgula setenta e cinco toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 240 ton (duzentos e quarenta toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.14.2 Lote 36:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 11,25 ton (onze vírgula vinte e cinco toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 80 ton (oitenta toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

6.1.15 O Lote 37 - "Item 1 Fertilizante e Item 2 Condicionador de solo" constante no Anexo I, foi subdividido em dois Lotes conforme disposto no art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sendo:

6.1.15.1 Lote 37:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 36 ton (trinta e seis toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 238,50 ton (duzentos e trinta e oito vírgula cinquenta toneladas), Disputa Geral, Cota Principal;

6.1.15.2 Lote 38:

"Item 1 - Fertilizante", quantidade 12 ton (doze toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte;

"Item 2 - Condicionador de solo", quantidade 79,50 ton (setenta e nove vírgula cinquenta toneladas), Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte.

6.2 A licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Instrumento Convocatório.

6.3 A Proposta Comercial deverá ser formulada e enviada, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, **indicando o preço para o Lote**, e o ônus de comprovação de sua exequibilidade caberá exclusivamente à licitante, caso solicitado pelo Pregoeiro.

6.3.1 O sistema ComprasNet.GO possibilita à licitante a exclusão/alteração da proposta dentro do prazo estipulado no Instrumento Convocatório para registro de propostas. Ao término desse prazo, definido no item 2.2, não haverá possibilidade de exclusão/alteração das propostas, as quais serão analisadas conforme definido no Instrumento Convocatório.

6.4 A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.5 A licitante é responsável pelo ônus da perda de negócios resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

6.6 As propostas deverão atender as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento Convocatório.

6.6.1 A Licitante deverá apresentar a **descrição detalhada das características do objeto**, bem como a **marca e modelo** dos mesmos, no que couber.

6.7 As licitantes deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos, bem como os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento das exigências do Instrumento Convocatório e seus anexos.

6.7.1 As licitantes estabelecidas no Estado de Goiás, que possuírem isenção de ICMS, deverão apresentar as propostas comerciais contendo obrigatoriamente, além do preço normal de mercado dos produtos ofertados (valor bruto), o preço resultante da isenção do ICMS conferida (valor líquido), que deverá ser o preço ser considerado para julgamento. O preço resultante da isenção será considerado base para etapa de lances.

6.8 Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.não

6.9 A licitante detentora da melhor oferta, após a fase de lances, deverá enviar Proposta Comercial ajustada ao valor do lance via sistema eletrônico, devendo a mesma conter, obrigatoriamente:

- a) nome da Empresa, CNPJ, endereço, telefone, nº da conta-corrente, Banco, nº da agência, nome do responsável;
- b) nº do Pregão;
- c) preço em real, unitário e total com no máximo duas casas decimais, onde deverão estar inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza, e os demais custos diretos ou indiretos. O preço apresentado deverá ser aquele resultante da fase de lances e/ou negociação com o Pregoeiro;
- d) objeto ofertado, consoante exigências editalícias e com a quantidade licitada (**marca e modelo**);
- e) prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico. Caso não apresente prazo de validade será este considerado;
- f) data e assinatura do responsável;
- g) valores readequados ao valor ofertado e registrado como de melhor lance.

7 – DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1 O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Instrumento Convocatório.

7.2 Encerrada a fase de propostas da Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.3 O Pregoeiro realizará a análise preliminar das propostas registradas, conforme item 6.3 acima.

7.3.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório;

7.3.2 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.3.3 Em seguida, no horário marcado será dado início à fase de lances através do sistema eletrônico, observada as regras de aceitação dos mesmos. Todas as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.4 Durante o transcurso da sessão pública eletrônica as licitantes serão informadas, em tempo real, através de mensagens trocadas no *chat* do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelas licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.5 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo valor unitário do Lote, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.5.1 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, obedecendo, quando houver, ao valor mínimo exigido entre os lances.

7.5.1.1 O valor mínimo exigido entre os lances para os lotes é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

7.5.2 O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pela mesma licitante.

7.6 Não serão aceitos, para o mesmo Lote, 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

7.7 Caso a licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.

7.8 A fase de lances terá duas etapas:

7.8.1 A primeira, com tempo de duração definido no item 2.3 e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.8.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 7.8.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.8.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 7.8.1 e 7.8.2, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.8.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.8.2, o pregoeiro poderá, assessorada pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Estadual nº 9.666/2020, mediante justificativa.

7.9 Após encerradas as operações referidas no item acima, o sistema ficará impedido de receber novos lances.

7.10 Encerrada a fase de lances, em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, o sistema averiguará se houve empate nos termos dos itens 3.6.3.1 e 3.6.3.2. Nesse caso será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas.

7.11 Para efeito do disposto no item acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á de acordo com o item 3.6.3.3.

7.12 Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos itens 7.10 e 7.11, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente detentora da melhor oferta.

7.13 O disposto nos itens 7.10 e 7.11 somente se aplicarão quando a melhor oferta (após a fase de lances) não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

7.14 Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro, após verificar as condições de desempate estabelecidas nos arts. 43 a 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, bem como decidir a sua aceitação, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Instrumento Convocatório.

7.14.1 A negociação deverá ser registrada no chat.

7.14.2 Durante a negociação, o Pregoeiro poderá estabelecer um prazo para manifestação da licitante e, caso não ocorra a manifestação, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta, desde que a proposta não atenda a todos os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

7.15 Se a oferta não for aceita ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre as licitantes, conforme previsto no parágrafo 4º, art. 44 do Decreto Estadual nº 9.666/2020.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1 A habilitação da licitante detentora da melhor oferta será verificada ao final da etapa de lances.

8.2 A licitante detentora da melhor oferta, deverá atender, obrigatoriamente, às seguintes exigências, sob pena de inabilitação:

a) Encaminhar a documentação de habilitação para as exigências não contempladas no cadastro obrigatório. Os documentos cuja regularidade deverá ser comprovada por meio de cadastro obrigatório (certificado de registro cadastral emitido pelo CADFOR ou por certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral) estão elencados no Anexo II deste Instrumento Convocatório e dizem respeito à habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação econômico-financeira. O Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo Cadastro Unificado do Estado – CADFOR do Núcleo de Suprimentos, Logística e Frotas da SEAD, poderá ser impresso pelo Pregoeiro para averiguação da conformidade exigida. Caso o CRC apresente “status irregular”, será assegurado à licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão. A licitante vencedora que se valer de outros cadastros para participar de pregão por meio eletrônico deverá providenciar sua inscrição junto ao CADFOR, como condição obrigatória para a sua contratação;

b) Apresentar para fins de qualificação técnica, no mínimo 01 (um) ATESTADO/DECLARAÇÃO fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, de forma pertinente e compatível em características, **O OBJETO DESTA LICITAÇÃO**. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão CONTRATANTE e o nome do responsável pelo mesmo. Caso a licitante apresente atestado ou certidão expedido por pessoa jurídica de direito privado deverá estar com firma reconhecida;

c) Apresentar DECLARAÇÃO da licitante de que seu administrador ou sócio com poder de direção, não possui relação de parentesco, inclusive por afinidade, até o terceiro grau civil, Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou posterior formalização contratual, conforme **Anexo IV**;

d) Apresentar DECLARAÇÃO de que atende plenamente ao que dispõe o inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao inc. XIII do art. 12 do Decreto Estadual nº 7.468/2011, atestando que não possui em seu quadro funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo no **Anexo V**;

e) Apresentar DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SUSPENSÃO E/OU FATOS IMPEDITIVOS para licitar e contratar com o Poder Público, conforme modelo no **Anexo VI**, **acompanhada** da Certidão Negativa equivalente, emitida no *site* da Secretaria de Estado de Administração, www.comprasnet.go.gov.br, bem como da consulta realizada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), <https://certidoes.cgu.gov.br/>;

f) Apresentar CERTIDÃO NEGATIVA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso a Certidão negativa de recuperação judicial não mencione prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

8.3 A licitante detentora da melhor oferta deverá encaminhar no prazo máximo de **4 (quatro) horas** após a solicitação do pregoeiro no sistema, nova proposta com valores readequados ao valor ofertado e registrado como de menor lance e, se necessário, documentos complementares.

8.4 Os documentos extraídos via INTERNET terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o *site* correspondente.

8.5 Caso o Pregoeiro tenha dúvidas quanto à integridade da documentação encaminhada digitalmente, poderá solicitar a apresentação do originais ou cópias autenticadas à licitante, a qualquer momento.

8.5.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis para Gerência de Compras Governamentais, da Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento – SEAPA, situada na Rua 256, nº 52, Quadra 117, Setor Leste Universitário, Goiânia – GO, CEP 74.610-200.

8.6 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Instrumento Convocatório e seus Anexos.

8.7 Se a documentação de habilitação não atender às exigências deste Instrumento Convocatório, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada, estando a licitante sujeita às penalidades cabíveis.

8.8 Para as **microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas**, em cumprimento ao art. 5º, da Lei Estadual nº 17.928/2012, combinado com art. 44 § 7º do Decreto Estadual nº 9.666/2020, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para a regularização da documentação, contados

do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública.

8.8.1 O tratamento favorecido previsto no item 8.8 somente será concedido se as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas apresentarem no certame toda a documentação fiscal e exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

8.8.2 O motivo da irregularidade fiscal pendente será registrado pelo Pregoeiro em ata, com indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

8.8.3 A não regularização da documentação no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devendo o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

8.9 A critério do Pregoeiro, os prazos constantes dos itens 8.3 e 8.5.1 poderão ser prorrogados.

9 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 O critério de julgamento é baseado no **Menor Preço – Por Lote**.

9.2 Considerar-se-á vencedora aquela proposta que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Instrumento Convocatório e seus Anexos, ofertar o menor preço ao término da fase de lances e aplicação dos critérios de desempate da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e for devidamente habilitada após apreciação da documentação, ressalvada a situação prevista no item 8.8 deste Instrumento Convocatório.

9.3 Declarado o encerramento da etapa competitiva, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.4 Caso não se realizem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço com as exigências do Instrumento Convocatório.

9.5 Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do Instrumento Convocatório e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, poderá ela ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando a obter preço melhor.

9.6 Sendo aceitável a oferta de menor preço, o sistema informará quem é a licitante detentora da melhor oferta, respeitada as disposições dos itens 7.10 e 7.11. Essa licitante deverá enviar, via sistema eletrônico, a nova proposta comercial com valores readequados ao valor ofertado e registrado como de menor preço e todos os documentos exigidos no Instrumento Convocatório e seus anexos.

9.6.1 A licitante que, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, tenha sido declarada detentora da melhor oferta por utilização do benefício previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá encaminhar acompanhado da proposta, após a fase de lances, declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, conforme estabelecido no inc. II, art. 10 do Decreto Estadual nº 7.466/2011. Para fins de comprovação dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006 será aceita certidão que ateste o enquadramento expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita federal, por intermédio de consulta realizada no sítio: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21> podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas no certame licitatório.

9.6.1.1 A licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarada inidônea para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Lei Estadual nº 17.928/2012.

9.7 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Instrumento Convocatório, a licitante será declarada vencedora.

9.9 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) forem elaboradas em desacordo com as exigências do Instrumento Convocatório e seus Anexos;
- b) apresentarem preços irrisórios, simbólicos ou abusivos, ou seja, as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores ao preço de mercado, de conformidade, subsidiariamente com os arts. 43, inc. IV, 44, § 3º e 48, incs. I e II da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) apresentarem propostas alternativas, tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada nas propostas das demais licitantes.

9.10 Caso ocorrer desclassificação ou inabilitação por responsabilidade exclusiva da licitante, a mesma poderá sofrer as sanções previstas neste Instrumento Convocatório.

9.11 Da sessão pública do Pregão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, aquela estará disponível para consulta no site www.comprasnet.go.gov.br.

9.12 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no [§ 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993](#), se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

9.12.1 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 9.12, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

9.12.2 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10 – DOS RECURSOS

10.1 Declarada a vencedora, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, **motivadamente**, no prazo de até **10 (dez) minutos**, a intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro, com o registro da síntese de suas razões em campo definido pelo Sistema Eletrônico.

10.2 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

10.3 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso.

10.4 À licitante que manifestar intenção de interpor recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões recursais, por meio de formulário próprio do Sistema Eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, se quiserem, igualmente por meio de formulário próprio do Sistema Eletrônico, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo da recorrente.

10.5 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por correios, registrando-se, por oportuno, que o procedimento é eletrônico.

10.6 O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade competente para apreciá-los serão realizados pelo Pregoeiro. O encaminhamento à autoridade superior se dará apenas se o Pregoeiro, justificadamente, não reformar sua decisão.

10.7 O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.8 A decisão do recurso será postada no site www.comprasnet.go.gov.br.

11 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto à licitante vencedora. Decididos os recursos, a autoridade superior fará a adjudicação do objeto da licitação.

11.2 A homologação da presente licitação compete ao Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás.

12 – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto do **Pregão Eletrônico - SRP nº 07/2021**, correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás e demais órgãos participantes, se for o caso, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão nas respectivas Notas de Empenho.

13 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

13.2 O Pregoeiro convocará formalmente o fornecedor durante a validade da sua proposta, para no prazo máximo de 10 (dez) dias, assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Estadual nº 17.928/2012.

13.2.1 O prazo estabelecido no item 13.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela administração.

13.3 No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Instrumento Convocatório e seus Anexos, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA registrará o preço da licitante seguinte, mantida a ordem de classificação.

13.3.1 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que manifestarem, formalmente, o interesse de cotar os bens com preços iguais ao da licitante vencedora, observada a sequência da classificação do certame.

13.4 O registro de preços das empresas classificadas nas posições subsequentes ao primeiro colocado, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses legais de cancelamento do registro do fornecedor melhor classificado.

13.5 A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

13.6 Os valores para contratação, em qualquer caso, serão os ofertados pela licitante primeira colocada, constantes na Ata.

13.7 Publicada na imprensa oficial, a Ata de registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento, conforme a Lei Federal nº 8.666/93.

13.8 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro, preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14 – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Poderá se utilizar da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, Órgão Gerenciador desta Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 17.928/2012 e Decreto Estadual nº 7.437/2011.

14.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos usuários, observado os quantitativos registrados em Ata e limites estabelecidos na Lei Estadual nº 17.928/2012, desde que esse fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15 – DOS ÓRGÃOS ADERENTES

15.1 A liberação de adesão à Ata de Registro de Preços para órgãos e entidades interessadas se dará da seguinte forma:

15.1.1 Para integrantes da administração do Estado de Goiás, não poderá exceder, na sua totalidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preços;

15.1.2 Para os integrantes da administração dos demais entes federados, não poderá exceder, na sua totalidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preços.

15.2 Na hipótese prevista no item anterior, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.

16 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

16.1 A Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, Órgão Gerenciador, será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitado a ordem de registro e os quantitativos a ser contratado, o fornecedor para o qual será emitido o pedido.

16.2 A convocação da Proponente pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA será formalizada por e-mail (comprasgovernamentas.seapa@goias.gov.br) e conterà o prazo máximo em que deverá ser assinada a Ata de Registro de preços.

16.3 O Proponente convocado na forma do item anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Instrumento Convocatório e seus Anexos.

16.4 Quando comprovada a hipótese acima, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

17 – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

17.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, órgão gerenciador, promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93 ou de redução de preços praticados no mercado.

17.2 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II, art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

17.3 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, a Proponente registrada será convocada pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA para a devida alteração do valor registrado em Ata.

18 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DA PROPONENTE

18.1 A Proponente terá seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

18.1.1 A pedido, quando:

18.1.1.1 Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências na Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

18.1.1.2 O seu valor registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

18.1.2 Por iniciativa do Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás, quando:

18.1.2.1 O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

18.1.2.2 O fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

18.1.2.3 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

18.1.2.4 O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

18.1.2.5 O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

18.1.2.6 Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;

18.1.2.7 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

18.2 O cancelamento de registros nas hipóteses dos itens 18.1.2.1, 18.1.2.2 e 18.1.2.4 será formalizado por despacho fundamentado do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19 – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

19.1 Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e Lei Estadual nº 17.928/2012.

19.1.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

19.2 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

19.3 A CONTRATADA deverá apresentar no momento da contratação, declaração informando a existência de Programa de Integridade implantado, nos termos do art. 5º da Lei Estadual nº 20.489/2019, nos contratos que possuírem valores superiores e prazos iguais ou superiores aos estabelecidos no art. 1º do mesmo normativo.

19.4 É facultado à Administração, quando a convocada não assinar o Termo de Contrato nas condições estabelecidas, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei.

19.5 Na assinatura do Termo de Contrato, os documentos comprobatórios de situação regular fiscal e trabalhista, que estiverem com validade expirada, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, deverão ser atualizados pelos fornecedores.

19.6 O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.7 O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás.

19.8 O contrato poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, na forma do art. 57, inciso I, da Lei 8.666/93.

19.9 Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação.

a) Se a licitante vencedora não celebrar o contrato ou não apresentar situação regular, é facultado à Administração examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, procedendo à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Instrumento Convocatório;

b) Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente.

20 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

20.1 O prazo concedido para entrega dos produtos será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da ordem de fornecimento emitida pelo gestor do contrato/responsável equivalente, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo I.

20.2 O objeto desta licitação deverá ser entregue com os itens em perfeito estado nos seguintes municípios: Rio Verde, Goiás, Iporá, Palmeiras, Uruaçu, Posse, Formosa, Ipameri, Anápolis, Quirinópolis, Morrinhos e Ceres, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo I.

20.2.1 O endereço de entrega dos insumos, será no perímetro urbano de cada município indicado no item 20.2, e estarão descritos na ordem de fornecimento emitida pela contratante, bem como seu quantitativo que será definido por regional, em razão das características de cada região, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo I.

21 – DO PAGAMENTO

21.1 Os pagamentos somente serão efetuados por meio de crédito em conta corrente da Contratada na Caixa Econômica Federal - CEF, nos termos do Art. 4º da Lei Estadual 18.364, de 10 de janeiro de 2014, conforme estabelecido no Termo de Referência, devendo a Nota Fiscal/Fatura ser protocolizada perante o Gestor / Requisitante da Despesa.

21.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a protocolização da Nota Fiscal/Fatura e mediante atesto e emissão da Solicitação de Liquidação e Pagamento pelo Gestor/Requisitante da Despesa à Gerência de Gestão e Finanças da SEAPA.

21.3 O pagamento será devido apenas aos objetos fornecidos, conforme demanda da CONTRATANTE.

21.4 A não solicitação do total dos objetos previstas durante a vigência do contrato, não gerará quaisquer direitos à CONTRATADA.

21.5 O Fornecedor deverá conceder o desconto referente ao valor do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), conforme Inciso XCI, artigo 6º do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário de Estado de Goiás (RCTE). No caso de não haver

incidência do ICMS nas mercadorias, tal fato deverá ser citado no corpo da nota fiscal.

21.6 Para efetivação do pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista deverá ser comprovada pelos documentos hábeis ou por meio do Certificado de Registro Cadastral – CRC, devidamente atualizados, e outros documentos que possam ser considerados pertinentes pelo setor responsável pelo pagamento da SEAPA, devendo o fornecedor manter todas condições de habilitação exigidas pela Lei.

21.7 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item 22.2, passará a ser contado a partir da data da sua representação.

21.8 Para que o pagamento seja efetuado, o FORNECEDOR deverá informar obrigatoriamente, conta-corrente junto a Caixa Econômica Federal, conforme Art. 4º da Lei Estadual nº 18.364/2014 e Art. 1º do Decreto 7.747/12 do Estado de Goiás.

21.9 Ocorrendo atraso no pagamento em que o FORNECEDOR não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, o FORNECEDOR fará jus a compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I/365) \text{ onde:}$$

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)/100.

21.10 A Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Instrumento Convocatório.

21.11 Para efeito de emissão da Nota Fiscal, o número do CNPJ da SEAPA é 32.746.632/0001-95.

22 – DAS SANÇÕES

22.1 Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da SEAPA, as seguintes penalidades:

22.1.1 Advertência, conforme previsto no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

22.1.2 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a CONTRATADA, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

22.1.3 Impedimento de licitar e contratar com a Administração e descredenciamento no CADFOR, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, graduado pelos seguintes prazos:

I – 1 (um) ano, nos casos da licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

- b) não mantiver a proposta;
- c) não entregar a documentação exigida no edital;
- d) causar atraso na execução do objeto.

II - 2 (dois) anos, nos casos da licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) falhar na execução do contrato;
- b) fraudar a execução do contrato.

III - 3 (três) anos, nos casos da licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) declarar informações falsas.

IV - 4 (quatro) anos, nos casos da licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) cometer fraude fiscal.

V - 5 (cinco) anos, nos casos da licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) comportar-se de modo inidôneo.

22.2 O contratado que praticar infração prevista no item 22.1.3, inciso V, será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a administração estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção;

22.3 As sanções previstas nos itens 22.1.1, 22.1.3 e 22.2, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 22.1.2.

22.4 Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à CONTRATADA direito ao contraditório e a ampla defesa. A CONTRATADA poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e a expensas daquele que as indicou.

22.4.1 Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

22.4.2 Concluída a instrução processual, a comissão designada ou, quando for o caso, o serviço de registro cadastral, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente para aplicar a penalidade, após o pronunciamento da área jurídica.

22.5 A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela SEAPA ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

22.6 As sanções descritas no no item 22.1.3, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

22.7 Pelo descumprimento da exigência prevista na Lei Estadual nº 20.489/2019, a administração pública do Estado de Goiás, aplicará à empresa contratada multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, conforme disposto no art. 7º.

23 - DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA)

23.1 As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E

ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante Anexo X.

24 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Este Instrumento Convocatório deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

24.2 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “*on line*” ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

24.3 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante, ato escrito e fundamentado, conforme determinação do art. 51 do Decreto Estadual nº 9.666/2020.

24.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.5 Na contagem dos prazos previstos neste Instrumento Convocatório excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando houver disposição em contrário. Somente se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente regular e integral na SEAPA.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e segurança da contratação.

24.7 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

24.8 As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro no site www.comprasnet.go.gov.br ficando todos as licitantes obrigadas a acessá-los para obtenção das informações prestadas.

24.9 Caberá também à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

24.10 Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Instrumento Convocatório e a descrição do objeto constante no site www.comprasnet.go.gov.br e nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste Instrumento Convocatório.

24.11 Em qualquer fase da licitação, o Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como sanear os erros de pequena relevância, mediante ato devidamente motivado.

24.11.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 24.11, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

24.12 Considerando a implementação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) no Estado de Goiás, a licitante vencedora deverá providenciar o seu cadastro no site <https://sei.go.gov.br>, imediatamente após a homologação do certame, visando a assinatura eletrônica do contrato.

24.13 As disposições contidas nos subitens dos itens **3, 7, 8, 9 e 22** do presente edital, deverão ser aplicadas ao presente procedimento licitatório, **no que couber**.

25 – DOS ANEXOS

25.1 Constituem Anexos do Instrumento Convocatório e dele fazem parte integrante:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Relação de Documentos que poderão ser substituídos pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC;
- c) ANEXO III – Declaração de Enquadramento na Lei Complementar Federal nº 123/06;
- d) ANEXO IV – Declaração de Inexistência de Vínculo/Parentesco;
- e) ANEXO V – Declaração de Cumprimento do Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- f) ANEXO VI – Declaração de Inexistência de Suspensão e/ou Fatos Impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- g) ANEXO VII - Modelo de Proposta;
- h) ANEXO VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- i) ANEXO IX – Minuta de Contrato;
- j) ANEXO X – Termo de Arbitragem.

WAGNER ASSIS RODRIGUES
Gerente de Compras Governamentais

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1.Objeto:**

O presente Termo de Referência tem por objeto a eventual aquisição via Registro de Preços, de sementes, manivas de mandioca, fertilizantes e condicionador de solo para a execução dos Projetos Lavoura do Bem e Desenvolvimento Social e Produtivo da Cadeia da Mandioca para Agricultura Familiar.

2.Justificativa:

Os insumos são necessários para a operacionalização dos Projetos Lavoura do Bem e Desenvolvimento Social e Produtivo da Cadeia de mandioca para a Agricultura Familiar, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás - SEAPA, no que se refere ao apoio para os pequenos agricultores no interior do Estado de Goiás. O projeto tem por objetivo incentivar e fomentar à produção de arroz, feijão, mandioca e milho por agricultores familiares, visando a promoção de produtos da agricultura familiar, além de agregar valor aos produtos, de forma a distribuir e comercializar em mercados locais nos municípios do Estado de Goiás. Esses itens permitem o plantio e cultivo em condições adequadas, de acordo com as diretrizes de produção. Os projetos englobam um área total de aproximadamente 2.780 hectares.

3.Planilha de Quantitativo e Custo

Lotes	Itens	Especificação	Regional	Nº ComprasnetGO	Unidade de Medida	Quant.	Cota	Valor Estimado	
								Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Anápolis	71700	kg	2.700	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
								R\$ ---	R\$ ---

	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	2.250	Cota Principal		
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	9.000	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
2	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Anápolis	71700	kg	900	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	750	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	3.000	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
3	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Ceres	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
4	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Formosa	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
5	1	Sementes de arroz	Goiás	71700	kg	764	Exclusivo	R\$ ---	R\$ ---

		(Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)					para ME/EPP		
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
6	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Ipameri	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
7	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Iporá	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
8	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Morrinhos	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---

		Eldorado)							
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
9	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Palmeiras	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
10	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Posse	71700	kg	573	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	477	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	1.908	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	4	Manivas de mandioca		83211	unidade	21.000	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
11	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Posse	71700	kg	191	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	159	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	637	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	4	Manivas de mandioca		83211	unidade	7.000	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera,	Quirinópolis	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---

12		BRS A502)							
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
13	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Rio Verde	71700	kg	760	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	640	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.550	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
14	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Uruaçu	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
15	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Anápolis	50888	Toneladas	168,75	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	1.125,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
16	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Anápolis	50888	Toneladas	56,25	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	375,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---

Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
17	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Ceres	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
18	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Ceres	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
19	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Formosa	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
20	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Formosa	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
21	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Goiás	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
22	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Goiás	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
23	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Ipameri	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem		69018	Toneladas	238,50	Cota	R\$ ---	R\$ ---

		25 kg					Principal		
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
24	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Ipameri	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
25	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Iporá	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
26	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Iporá	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
27	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Morrinhos	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
28	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Morrinhos	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
29	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Palmeiras	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
30	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Palmeiras	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
								R\$ ---	R\$ ---

	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada		
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
31	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Posse	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
32	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Posse	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
33	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Quirinópolis	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
34	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Quirinópolis	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
35	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Rio Verde	50888	Toneladas	33,75	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	240,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
36	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Rio Verde	50888	Toneladas	11,25	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	80,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
37	1	Fertilizante (Formulação 05-25-	Uruaçu	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---

		15) - embalagem 50 kg							
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
38	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Uruaçu	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
TOTAL ESTIMADO:									R\$ ---
* Os valores estimados para esta aquisição possuem caráter sigiloso, conforme previsto no art. 15 do Decreto Estadual nº 9.666/2020 e serão tornados públicos apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.									

4. Informações Complementares

4.1 Critério de julgamento: Menor Preço por Lote;

4.2 Referência de Preços: A pesquisa foi realizada com base no Art. 6º do Decreto Estadual nº 9.900/2021;

4.3 Em conformidade com o Art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, será reservada a cota de até 25% para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), Lotes: 2; 11; 16; 18; 20; 22; 24; 26; 28; 30; 32; 34; 36 e 38;

4.4 Exclusividade: em conformidade com a Lei Estadual Nº 17.928/12, EXCLUSIVO para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), Lotes: 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13 e 14.

4.5 Modalidade: Sistema de Registro de Preços, visto que se caracteriza nas hipóteses dos incisos I, II e III do Art. 2º do Decreto Estadual nº 7.437/2011.

5. Validade da Proposta e Garantia:

5.1 Validade da Proposta

5.1.1 A proposta deverá ser válida por no mínimo 60 (sessenta) dias, após a data de emissão.

5.2 Garantia

5.2.1 A CONTRATADA responderá solidariamente com os fornecedores dos insumos (produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que os tornem irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam.

6. Documentação relativa à qualificação técnica do Fornecedor.

6.1 Para os lotes: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38, Certificado de Cadastro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como comerciante de fertilizantes, previsto no art. 4º da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980 e do Art. 5º do Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004;

6.2 Para os lotes: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38, Certificado de Cadastro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do produtor ou importador de fertilizantes, previsto no art. 4º da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980 e do Art. 5º do Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004;

6.3 Para os lotes: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38, Comprovante de regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), condizente com a atividade desenvolvida, previsto pela Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013;

6.4 Para fornecimento das sementes (arroz, milho e feijão), os licitantes deverão apresentar comprovação do registro no RENASEM, Certificado de Inscrição, como produtor ou comerciante de sementes e mudas (Registro Nacional de Sementes e Mudanças), nos termos do art. 8º da Lei nº 10.711 de 05/08/2003.

7. Obrigações das Partes

7.1. Obrigações da Contratada

- 7.1.1** Atender o objeto do contrato/instrumento equivalente de acordo com as especificações e critérios estabelecidos neste Termo de Referência e responder todas as consultas feitas pela CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto;
- 7.1.2** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta aquisição/contratação, sem prévia autorização da administração;
- 7.1.3** Sujeitar-se, nos casos omissos, às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, à Lei Estadual nº 17.928/12 e demais atos normativos pertinentes;
- 7.1.4** Manter durante toda a execução do contrato/instrumento equivalente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.5** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 7.1.6** Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 10 (dez) dias, os itens em que se verificarem a sua inviabilidade à utilização a que se destinam;
- 7.1.7** Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la, arcando com as despesas decorrentes, ou seja, sem ônus para a SEAPA, em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da notificação formal da SEAPA, mantidos os preços inicialmente contratados;
- 7.1.8** Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial se iniciará no momento em que ficar evidente a irregularidade;
- 7.1.9** Efetuar a entrega do objeto de acordo com as especificações estipuladas neste Termo de Referência.

7.2 Obrigações da Contratante

- 7.2.1** Realizar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, após o protocolo da Nota Fiscal, observado o disposto no item **10** e respectivos subitens e, mediante a solicitação de pagamento pelo Gestor à Gerência de Gestão e Finanças - GGF;
- 7.2.2** Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato/instrumento equivalente;
- 7.2.3** Exercer a fiscalização sobre o cumprimento das obrigações derivadas desse Termo de Referência, e ainda aplicar multa ou rescindir o Contrato caso a Contratada desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas;
- 7.2.4** Nomear Gestor/Fiscal do Contrato derivado deste Termo de Referência, que atuará como responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratual, devendo este, fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou problemas observados;
- 7.2.5.** Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer, exclusivamente através de pessoa por ela indicada.

8. Do Recebimento e Critério de Aceitação

- 8.1** A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento receberá os insumos da seguinte forma:
- a) **Provisoriamente**, para verificação da conformidade dos itens com as especificações e características exigidas, onde deverá ser averiguada por amostragem se os insumos fornecidos são de qualidade e atendem às especificações contidas neste Termo de Referência;
- b) **Definitivamente**, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento provisório, após a verificação qualitativa e quantitativa dos insumos e consequente aceitação do objeto.
- 8.2** Os insumos finais entregues deverão estar idêntico às amostras aprovadas. Caso a Contratante constatare qualquer divergência entre os insumos aprovado na amostra e o quantitativo entregue, a Contratada deverá substituir os itens às suas expensas.
- 8.3** Os insumos serão considerados aceitos quando atenderem aos critérios da entrega técnica e não apresentarem nenhum vício, seja de qualidade, seja de quantidade, que as tornem impróprias ou inadequadas ao uso a que se destinam, ou que lhe diminuam o valor.

9. Prazo e Local de entrega:

- 9.1 Prazo de entrega:** A entrega dos insumos deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da ordem de fornecimento emitida pelo gestor do contrato/responsável equivalente.
- 9.2 Local de Entrega:** A entrega deverá ser realizada com os itens em perfeito estado nos seguintes municípios: Anápolis, Ceres, Formosa, Goiás, Ipameri, Iporá, Morrinhos, Palmeiras, Posse, Quirinópolis, Rio Verde e Uruaçu.
- 9.2.1** O endereço de entrega dos insumos, será no perímetro urbano de cada município indicado no item 9.2, e estarão descritos na ordem de fornecimento emitida pela contratante, bem como seu quantitativo que será definido por regional, em razão das características de cada região.

10. Forma de Pagamento

10.1 O pagamento deverá ser realizado pela SEAPA no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal com o respectivo recebimento definitivo, que está condicionado a autorização da Caixa Econômica Federal;

10.1.1 No corpo da Nota Fiscal deverá, **obrigatoriamente**, constar as informações conforme quadro abaixo:

Recursos	Fundo Protege
Objetivo	Proteção Social
Programa 1040	Assistência Social e Promoção da Cidadania
Ação 3045	Segurança Alimentar e Nutricional
Objetivo do Projeto	Distribuição de sementes de milho, arroz, feijão, corretivo de solo e fertilizante de Plantio
Resolução	Resolução nº 02, de 25 de fevereiro de 2021 - Secretária de Estado da Economia

10.1.2 Após o recebimento da Nota Fiscal, o gestor do contrato/instrumento equivalente, realizará a conferência dos insumos e verificará a conformidade com as exigências do Termo de Referência, atestando o fornecimento e encaminhando a respectiva Nota Fiscal para pagamento;

10.1.3 Os pagamentos SOMENTE serão efetuados por meio de crédito em conta corrente da Contratada na Caixa Econômica Federal - CEF, nos termos do Art. 4º da Lei Estadual 18.364, de 10 de janeiro de 2014.

10.2 A CONTRATANTE poderá suspender o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

10.2.1 Insumo entregue fora das especificações e características exigidas;

10.2.2 Existência de qualquer inadimplência contratual;

10.3 Do valor da (s) Nota (s) Fiscal (is) e/ou Fatura (s) apresentada(s) para pagamento, será(ão) deduzida(s), de pleno direito:

10.3.1 Eventuais multas impostas pelo CONTRATANTE;

10.3.2 Eventuais multas, indenizações ou despesas a ele imposta, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento pela CONTRATADA, de leis ou regulamentos aplicáveis à espécie.

10.4 Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária;

10.5 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, esta deverá ser devolvida por meio de ofício, com notificação expressa à CONTRATADA sobre as possíveis sanções previstas. Nesse caso, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da nota fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11. Vigência do Contrato

11.1 O prazo da vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do Secretário de Estado da SEAPA, com eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

12. Gestão do Contrato

12.1 A Gestão e a fiscalização do contrato ficarão a cargo dos servidores a serem designados por Portaria do Titular desta Pasta ou por instrumento que o substitua, conforme Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

13. Penalidades e Multas

13.1 Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da SEAPA, as seguintes penalidades:

a) Advertência, conforme previsto no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a CONTRATADA, além das sanções referidas no art. 78 da Lei Estadual nº 17.928/2012, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos, conforme estabelece a referida lei:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração e descredenciamento no CADFOR, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, graduado pelos seguintes prazos:

I – 1 (um) ano, nos casos da contratada que:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não mantiver a proposta;
- c) não entregar a documentação exigida no edital;
- d) causar atraso na execução do objeto.

II - 2 (dois) anos, nos casos da contratada que:

- a) falhar na execução do contrato;
- b) fraudar a execução do contrato.

III - 3 (três) anos, nos casos da contratada que:

- a) declarar informações falsas.

IV - 4 (quatro) anos, nos casos da contratada que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) cometer fraude fiscal.

V - 5 (cinco) anos, nos casos da contratada que:

- a) comportar-se de modo inidôneo.

13.2 O contratado que praticar infração prevista no item 13.1, alínea "c", inciso V, será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a administração estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção;

13.3 As sanções previstas no item 13.1, alíneas "a" e "c", poderão ser aplicadas juntamente com as da alínea "b".

13.4 Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à CONTRATADA direito ao contraditório e a ampla defesa. A CONTRATADA poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e a expensas daquele que as indicou.

13.4.1 Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

13.4.2 Concluída a instrução processual, a comissão designada ou, quando for o caso, o serviço de registro cadastral, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente para aplicar a penalidade, após o pronunciamento da área jurídica.

13.5 A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela SEAPA ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.6 As sanções descritas no item 13.1, alínea "c", também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

Obs.: O presente Termo de Referência foi elaborado pelo responsável técnico do Setor requisitante da despesa, conforme Doc. SEI nº **000023780196**, do processo nº **202117647000046**, conforme previsto no art. 3º da Lei Federal nº 10.520/2002.

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE PODERÃO SER SUBSTITUÍDOS PELA APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC

A licitante deverá apresentar o CRC em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, conforme listados abaixo:

1. Habilitação Jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, devidamente comprovado o último registro no órgão próprio e no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Cópias das certidões negativas de débitos ou equivalentes na forma da lei, relativas:
- c.1) ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c.2) à Fazenda Pública Federal:
- c2.1) Receita Federal, e
- c2.2) Dívida Ativa da União, que abrange a Regularidade das Contribuições Previdenciárias e de Terceiros;
- c.3) à Fazenda Pública do Estado do domicílio ou sede da licitante (Certidão de Débito em Dívida Ativa);
- c.4) à Fazenda Pública do Município do domicílio ou sede da licitante (Tributos Mobiliários);
- c.5) à Fazenda Pública do Estado de Goiás (Certidão de Débito em Dívida Ativa);
- c.6) à Débitos Trabalhistas – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

2.1 Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal, mediante apresentação do CRC, deverá ser de ambas (deliberação da Procuradoria Geral do Estado através de seu Despacho "AG" nº 001930/2008).

3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, através de índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta;
- b) Comprovação da boa situação financeira da empresa através de no mínimo um dos seguintes índices contábeis, o qual deverá ser maior ou igual a 1:
- ILC: Índice de Liquidez Corrente ou,
 - ILG: Índice de Liquidez Geral ou,
 - GS: Grau de Solvência

ILC =	$\frac{AC}{PC}$	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
ILG =	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
GS =	$\frac{AT}{PC + PNC}$	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

- c) Certidão negativa de falência, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

c.1) Caso a Certidão negativa de falência não mencione prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

Nota: O Certificado de Regularidade de Registro Cadastral – CRC, deverá estar dentro do prazo de validade com status homologado. Caso o CRC apresente “status irregular”, será assegurado à licitantes o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão.

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI
COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/06**

**PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 07/2021
Processo nº 202117647000046**

A (nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/06, não possuindo nenhum dos impeditivos previstos no § 4º do art. 3º da referida Lei.

_____, ____ de _____ de 20__.

Representante legal

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO/PARENTESCO

**PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 07/2021
Processo nº 202117647000046**

A empresa (nome/razão social) _____, CPF/CNPJ n. _____, declara, sob as penas da lei, que seu administrador ou sócio com poder de direção, não possui relação de parentesco, inclusive por afinidade, até o terceiro grau civil, com o Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou posterior formalização contratual.

_____, ____ de _____ de 20__.

(Nome/pessoa física) e/ou (Nome da empresa)
(Nome e assinatura do representante legal)

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INC. XXXIII
DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 07/2021
Processo nº 202117647000046**

A (nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, na forma e sob as penas impostas pela Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, em ____ de _____ de 20__.

Responsável Legal

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SUSPENSÃO E/OU FATOS IMPEDITIVOS PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 07/2021

Processo nº 202117647000046

A empresa (nome/razão social) _____, CNPJ nº _____, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem qualquer suspensão e/o fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, em _____ de _____ de 20__.

Responsável Legal

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL
Razão Social:
CNPJ:
Endereço:

Telefone:					
Banco: Caixa Econômica Federal			Agência (nome e nº):		Conta Corrente:
Dados do Signatário - Assinatura do Contrato					
Nome				Cargo:	
Nacionalidade:			Identidade:		CPF:
Item	Especificações do produto/marca e modelo	Unid.	Qtd.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
Valor total da proposta COM ICMS (por extenso)					
Valor total da proposta SEM ICMS (por extenso)					
Validade da Proposta: 60 (sessenta dias)					
Convênios ICMS? Sim () Não ()					
<p>- Informar, no que couber, a alíquota do ICMS. - Declaro que nesta Proposta de Preços observou-se a aplicação do inciso XCI do artigo 6º do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE), revigorado pelo artigo 3º do Decreto Estadual nº 7.569/2012, que trata da isenção do ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual, ficando mantido o crédito (Convênio ICMS 26/03). - As empresas sediadas no Estado de Goiás, beneficiadas pelo art. 8º, inc. VIII do RCTE – Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (Decreto nº 4.852/1997), deverão declarar-se beneficiárias deste dispositivo legal, devendo demonstrar na memória de cálculo da desoneração do ICMS, o desconto equivalente ao seu benefício, o qual deverá ser expressamente comprovado no momento da apresentação da proposta. - Declaro que nesta Proposta de Preços estão inclusos todos os demais tributos, encargos sociais e trabalhistas, custos e direitos indiretos, embalagens, seguro, frete e até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente aquisição e/ou serviço e que estou de acordo com todas as normas pertinentes à matéria.</p>					

Goiânia, _____ de _____ de _____.

Responsável Legal

ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 07/2021

Processo nº 202117647000046

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº ___/2021

Pelo presente instrumento, a **SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, ÓRGÃO GERENCIADOR**, inscrita no CNPJ 32.746.632/0001-95, com sede administrativa na Rua 256, nº 52, qd. 117, Setor Leste Universitário, CEP 74.610-200, Goiânia - GO, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu titular, **Tiago Freitas de Mendonça**, brasileiro, portador do RG nº 3.696.074 – DGPC/GO, inscrito no CPF/MF nº 800.882.011-04, residente e domiciliado em Morrinhos - GO, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Estadual nº 17.928/2012 e Decreto Estadual nº 7.437/2011, Lei Estadual nº 20.489/2019, no que couber, RESOLVE REGISTRAR O PREÇO do fornecedor abaixo indicado, doravante denominado FORNECEDOR, vencedor do **Pregão Eletrônico - SRP nº ___/2021**, pelo sistema de registro de preço, conforme consta o objeto da especificação abaixo, tendo sido o referido preço oferecido pela empresa cuja proposta foi classificada e declarada vencedora no certame acima numerado, como segue:

Fornecedor Registrado:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº _____, com sede _____, neste ato representada por _____ com endereço profissional no endereço da contratada.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para eventual aquisição de Sementes, Manivas de mandioca, Fertilizantes e Condicionador de Solo para a execução dos Projetos Lavoura do Bem e Desenvolvimento Social e Produtivo da Cadeia da Mandioca para Agricultura Familiar, de acordo as condições e especificações constantes no Termo de Referência, conforme especificações do Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico - SRP nº 07/2021**.

Lotes	Itens	Especificação	Regional	Nº ComprasnetGO	Unidade de Medida	Quant.	Cota	Valor Registrado	
								Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Anápolis	71700	kg	2.700	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	2.250	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	9.000	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
2	1	Sementes de arroz	Anápolis	71700	kg	900	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---

		(Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)							
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	750	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	3.000	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
3	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Ceres	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
4	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Formosa	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
5	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Goiás	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---

		Eldorado)							
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
6	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Ipameri	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
7	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Iporá	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
8	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Morrinhos	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
9	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Palmeiras	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---

	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
10	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Posse	71700	kg	573	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	477	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	1.908	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	4	Manivas de mandioca		83211	unidade	21.000	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
11	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Posse	71700	kg	191	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	159	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	637	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	4	Manivas de mandioca		83211	unidade	7.000	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
12	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Quirinópolis	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---

13	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Rio Verde	71700	kg	760	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	640	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.550	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
14	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Uruaçu	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
15	1	Fertilizante (Formulação 05-25- 15) - embalagem 50 kg	Anápolis	50888	Toneladas	168,75	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	1.125,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
16	1	Fertilizante (Formulação 05-25- 15) - embalagem 50 kg	Anápolis	50888	Toneladas	56,25	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	375,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
17	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Ceres	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
18	1	Fertilizante	Ceres	50888	Toneladas	12,00	Cota	R\$ ---	R\$ ---

		(Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg					Reservada		
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
19	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Formosa	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
20	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Formosa	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
21	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Goiás	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
22	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Goiás	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
23	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Ipameri	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
24	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Ipameri	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---

25	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Iporá	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
26	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Iporá	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
27	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Morrinhos	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
28	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Morrinhos	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
29	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Palmeiras	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
30	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Palmeiras	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
31	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Posse	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---

Valor Total do Lote R\$									
32	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Posse	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
33	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Quirinópolis	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
34	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Quirinópolis	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
35	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Rio Verde	50888	Toneladas	33,75	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	240,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
36	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Rio Verde	50888	Toneladas	11,25	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	80,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
37	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Uruaçu	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
38	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Uruaçu	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---

25 kg									
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
TOTAL REGISTRADO:									R\$ ---

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura pelo Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

2.2 Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93 ou de redução de preços praticados no mercado.

2.3 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

2.4 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA para a devida alteração do valor registrado em Ata.

2.5 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro, preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

3.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei Estadual nº 17.928/2012.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do **Instrumento Convocatório nº 07/2021**, modalidade Pregão Eletrônico - SRP, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.3 A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMPENHO

4.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, pelo Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás.

4.2 A emissão da Nota de Empenho, sua retificação ou rescisão, serão igualmente autorizados pelo Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás.

4.3 As adesões à Ata de Registro de Preços serão autorizadas pelo Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás nos termos da Lei Estadual nº 17.928/2012.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1 Prazo de entrega: A entrega dos insumos deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da ordem de fornecimento emitida pelo gestor do contrato ou responsável equivalente.

5.2 Local de Entrega: A entrega deverá ser realizada com os itens em perfeito estado nos seguintes municípios: Rio Verde, Goiás, Iporá, Palmeiras, Uruaçu, Posse, Formosa, Ipameri, Anápolis, Quirinópolis, Morrinhos e Ceres.

5.2.1 O endereço de entrega dos insumos, será no perímetro urbano de cada município indicado no item 5.2, e estarão descritos na ordem de fornecimento emitida pela contratante, bem como seu quantitativo que será definido por regional, em razão das características de cada região.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento referente ao fornecimento dos produtos será efetuado em até 30 (trinta) dias, após protocolização e aceitação da Nota Fiscal/Fatura pela SEAPA, devidamente atestada pelo gestor do contrato.

6.2 O Fornecedor deverá conceder o desconto referente ao valor do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), conforme Inciso XCI, artigo 6º do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário de Estado de Goiás (RCTE). No caso de não haver incidência do ICMS nas mercadorias, tal fato deverá ser citado no corpo da nota fiscal.

6.3 Para efetivação do pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista deverá ser comprovada pelos documentos hábeis ou por meio do Certificado de Registro Cadastral – CRC, devidamente atualizados, e outros documentos que possam ser considerados pertinentes pelo setor responsável pelo pagamento da SEAPA, devendo o fornecedor manter todas condições de habilitação exigidas pela Lei.

6.4 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua representação.

6.5 Ocorrendo atraso no pagamento em que o FORNECEDOR não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, o FORNECEDOR fará jus a compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela, sempre que solicitado pela empresa. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I/365) \text{ onde:}$$

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)/100.

6.6 A SEAPA reserva-se o direito de recusar ao pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

6.7 A SEAPA poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 A Ata de Registro de Preços, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais.

7.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos FORNECEDORES.

7.3 Quando o preço inicialmente registrado por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

a) convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

- b) frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

7.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

- a) liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

7.5 Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

8.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

8.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no item 8.1, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR.

8.3 O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

8.4 A Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência.
- b) quando não restarem fornecedores registrados.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da SEAPA, as seguintes penalidades:

9.1.1 Advertência, conforme previsto no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.2 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a CONTRATADA, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

9.1.3 Impedimento de licitar e contratar com a Administração e descredenciamento no CADFOR, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa,

graduado pelos seguintes prazos:

I – 1 (um) ano, nos casos da licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não mantiver a proposta;
- c) não entregar a documentação exigida no edital;
- d) causar atraso na execução do objeto.

II - 2 (dois) anos, nos casos da licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) falhar na execução do contrato;
- b) fraudar a execução do contrato.

III - 3 (três) anos, nos casos da licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) declarar informações falsas.

IV - 4 (quatro) anos, nos casos da licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) cometer fraude fiscal.

V - 5 (cinco) anos, nos casos da licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) comportar-se de modo inidôneo.

9.2 O contratado que praticar infração prevista no item 9.1.3, inciso V, será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a administração estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção;

9.3 As sanções previstas nos itens 9.1.1, 9.1.3 e 9.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do item 9.1.2.

9.4 Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à CONTRATADA direito ao contraditório e a ampla defesa. A CONTRATADA poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e a expensas daquele que as indicou.

9.4.1 Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

9.4.2 Concluída a instrução processual, a comissão designada ou, quando for o caso, o serviço de registro cadastral, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente para aplicar a penalidade, após o pronunciamento da área jurídica.

9.5 A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela SEAPA ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.6 As sanções descritas no no item 9.1.3, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

9.7 Pelo descumprimento da exigência prevista na Lei Estadual nº 20.489/2019, a administração pública do Estado de Goiás, aplicará à empresa contratada multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, conforme disposto no art. 7º.

9.7.1 O montante correspondente à soma dos valores básicos da multa moratória será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

9.7.2 O não cumprimento da obrigação implicará a inscrição da multa em dívida ativa da pessoa jurídica sancionadora e justa causa para rescisão contratual, com incidência cumulativa de cláusula penal, e impossibilidade de contratação da empresa com administração pública do Estado de Goiás, de qualquer esfera do Poder, pelo período de 02 (dois) anos ou até efetiva comprovação de implantação e aplicação do Programa de Integridade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2 A rescisão do contrato poderá ser:

10.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, respeitado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;

10.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

10.2.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

10.3 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10.4 Os casos de rescisão do empenho serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

11.1 As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante Anexo X.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O registro dos preços das empresas classificadas nas posições subsequentes ao primeiro colocado, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses legais de cancelamento do registro do fornecedor melhor classificado.

12.2 A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

12.3 Os valores para contratação, em qualquer caso, serão os ofertados pela licitante primeira colocada, constantes desta Ata.

12.4 A contratada deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Pelo Gerenciador:

TIAGO FREITAS DE MENDONÇA
Secretário de Estado da SEAPA

Pelo Fornecedor:

CONTRATADA
Representante da Contratada

ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO Nº _____/2021

Contrato que entre si celebram o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e _____, na forma a seguir.

1. PREÂMBULO

1.1 DO CONTRATANTE

ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**, inscrita no CNPJ 32.746.632/0001-95, com sede administrativa na Rua 256, nº 52, qd. 117, Setor Leste Universitário, CEP 74.610-200, Goiânia - GO, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu titular, **Tiago Freitas de Mendonça**, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.696.074 – DGPC/GO, inscrito no CPF/MF nº 800.882.011-04, residente e domiciliado em Morrinhos - GO.

1.2 DA CONTRATADA

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº _____, com sede _____, neste ato representada por _____ com endereço profissional no endereço da contratada.

1.3 DO FUNDAMENTO

Este contrato decorre do procedimento licitatório realizado na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 07/2021**, objeto do Processo Administrativo nº 202117647000393, estando as partes sujeitas aos preceitos da Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, no que couber pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Estadual nº 7.437, de 06 de setembro de 2011, Lei Estadual nº 20.489/2019, no que couber, Decreto Estadual nº 9.666, de 21 de maio de 2020, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e às cláusulas e condições seguintes, sendo ainda parte integrante do presente instrumento, a proposta comercial e termo de referência.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

2.1 O objeto do presente instrumento é a aquisição de Sementes, Manivas de Mandioca, Fertilizantes e Condicionador de Solo para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, através de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

3. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO

Lotes	Itens	Especificação	Regional	Nº ComprasnetGO	Unidade de Medida	Quant.	Cota	Valor Contratado	
								Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Anápolis	71700	kg	2.700	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	2.250	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	9.000	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
2	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Anápolis	71700	kg	900	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	750	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	3.000	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
3	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Ceres	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
	1	Sementes de arroz	Formosa	71700	kg	764	Exclusivo	R\$ ---	R\$ ---

4		(Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)					para ME/EPP		
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
5	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Goiás	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
6	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Ipameri	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
7	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Iporá	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---

		Eldorado)							
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
8	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Morrinhos	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
9	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Palmeiras	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
10	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Posse	71700	kg	573	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	477	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	1.908	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	4	Manivas de mandioca		83211	unidade	21.000	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
11	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Posse	71700	kg	191	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão		83565	kg	159	Cota	R\$ ---	R\$ ---

		(Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)					Reservada		
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	637	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	4	Manivas de mandioca		83211	unidade	7.000	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
12	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Quirinópolis	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
13	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Rio Verde	71700	kg	760	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	640	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.550	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
14	1	Sementes de arroz (Variedades: Esmerada, Primavera, BRS A502)	Uruaçu	71700	kg	764	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	2	Sementes de feijão (Variedades: IAPAR, Rosinha, Roxinho e Jale)		83565	kg	636	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
	3	Sementes de milho (Variedades: Sol da Manhã, Taquaral e Eldorado)		83564	kg	2.545	Exclusivo para ME/EPP	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---

15	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Anápolis	50888	Toneladas	168,75	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	1.125,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
16	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Anápolis	50888	Toneladas	56,25	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	375,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
17	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Ceres	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
18	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Ceres	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
19	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Formosa	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
20	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Formosa	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
21	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Goiás	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---

Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
22	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Goiás	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
23	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Ipameri	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
24	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Ipameri	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
25	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Iporá	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
26	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Iporá	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
27	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Morrinhos	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
28	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Morrinhos	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---

		25 kg							
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
29	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Palmeiras	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
30	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Palmeiras	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
31	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Posse	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
32	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Posse	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
33	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Quirinópolis	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
34	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Quirinópolis	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
35	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Rio Verde	50888	Toneladas	33,75	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
								R\$ ---	R\$ ---

	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	240,00	Cota Principal		
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
36	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Rio Verde	50888	Toneladas	11,25	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	80,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
37	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Uruaçu	50888	Toneladas	36,00	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	238,50	Cota Principal	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
38	1	Fertilizante (Formulação 05-25-15) - embalagem 50 kg	Uruaçu	50888	Toneladas	12,00	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
	2	Condicionador de solo (calcário) - embalagem 25 kg		69018	Toneladas	79,50	Cota Reservada	R\$ ---	R\$ ---
Valor Total do Lote R\$									R\$ ---
TOTAL CONTRATADO:									R\$ ---
O valor total para a pretensa contratação é de R\$ _____ (_____).									

4. CLÁUSULA TERCEIRA – DA PROPOSTA E GARANTIA

4.1 Validade da Proposta

4.1.1 A proposta deverá ser válida por no mínimo 60 (sessenta) dias, após a data de emissão.

4.2 Garantia

4.2.1 A CONTRATADA responderá solidariamente com os fornecedores dos insumos (produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que os tornem irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam.

5. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

5.1 Atender o objeto do contrato/instrumento equivalente de acordo com as especificações e critérios estabelecidos neste Contrato e responder todas as consultas feitas pela CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto;

5.2 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta aquisição/contratação, sem prévia autorização da administração;

5.3 Sujeitar-se, nos casos omissos, às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, à Lei Estadual nº 17.928/12 e demais atos normativos pertinentes;

5.4 Manter durante toda a execução do contrato/instrumento equivalente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.5 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua

proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.6 Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 10 (dez) dias, os itens em que se verificarem a sua inviabilidade à utilização a que se destinam;

5.7 Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la, arcando com as despesas decorrentes, ou seja, sem ônus para a SEAPA, em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da notificação formal da SEAPA, mantidos os preços inicialmente contratados;

5.8 Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial se iniciará no momento em que ficar evidente a irregularidade;

5.9 Efetuar a entrega do objeto de acordo com as especificações estipuladas neste Contrato.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Realizar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, após o protocolo da Nota Fiscal, observado o disposto no item **12** e respectivos subitens e, mediante a solicitação de pagamento pelo Gestor à Gerência de Gestão e Finanças - GGF;

6.2 Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato/instrumento equivalente;

6.3 Exercer a fiscalização sobre o cumprimento das obrigações derivadas desse Contrato, e ainda aplicar multa ou rescindir o Contrato caso a Contratada desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas;

6.4 Nomear Gestor/Fiscal do Contrato derivado deste Contrato, que atuará como responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratual, devendo este, fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou problemas observados;

6.5. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer, exclusivamente através de pessoa por ela indicada.

7. CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO E ACEITE DO OBJETO

7.1 A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento receberá os insumos da seguinte forma:

7.1.1 Provisoriamente, para verificação da conformidade dos itens com as especificações e características exigidas, onde deverá ser averiguada por amostragem se os insumos fornecidos são de qualidade e atendem às especificações contidas neste Contrato;

7.1.2 Definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento provisório, após a verificação qualitativa e quantitativa dos insumos e consequente aceitação do objeto.

7.2 Os insumos finais entregues deverão estar idêntico às amostras aprovadas. Caso a Contratante constate qualquer divergência entre os insumos aprovado na amostra e o quantitativo entregue, a Contratada deverá substituir os itens às suas expensas.

7.3 Os insumos serão considerados aceitos quando atenderem aos critérios da entrega técnica e não apresentarem nenhum vício, seja de qualidade, seja de quantidade, que as tornem impróprias ou inadequadas ao uso a que se destinam, ou que lhe diminuam o valor.

8. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

8.1 Prazo de entrega: A entrega dos insumos deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da ordem de fornecimento emitida pelo gestor do contrato/responsável equivalente.

8.2 Local de Entrega: A entrega deverá ser realizada com os itens em perfeito estado nos seguintes municípios: Anápolis, Ceres, Formosa, Goiás, Ipameri, Iporá, Morrinhos, Palmeiras, Posse, Quirinópolis, Rio Verde e Uruaçu.

8.2.1 O endereço de entrega dos insumos, será no perímetro urbano de cada município indicado no item 8.2, e estarão descritos na ordem de fornecimento emitida pela contratante, bem como seu quantitativo que será definido por regional, em razão das características de cada região.

9. CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 A Gestão e a fiscalização do contrato ficarão a cargo dos servidores a serem designados por Portaria do Titular desta Pasta ou por instrumento que o substitua, conforme Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

10. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 O prazo da vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

11. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste contrato, no valor de R\$ _____ (_____), encontram-se previstos no Orçamento da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na seguinte dotação orçamentária: _____

11.2 Nota de Empenho nº. _____ no valor de R\$ _____ (_____), datada de: ____/____/_____.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 DO PREÇO: O valor do presente contrato é de R\$ _____ (_____).

12.2 O pagamento deverá ser realizado pela SEAPA no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal com o respectivo recebimento definitivo, que está condicionado a autorização da Caixa Econômica Federal;

12.2.1 No corpo da Nota Fiscal deverá, **obrigatoriamente**, constar as informações conforme quadro abaixo:

Recursos	Fundo Protege
Objetivo	Proteção Social
Programa 1040	Assistência Social e Promoção da Cidadania
Ação 3045	Segurança Alimentar e Nutricional
Objetivo do Projeto	Distribuição de sementes de milho, arroz, feijão, corretivo de solo e fertilizante de Plantio
Resolução	Resolução nº 02, de 25 de fevereiro de 2021 - Secretária de Estado da Economia

12.2.2 Após o recebimento da Nota Fiscal, o gestor do contrato/instrumento equivalente, realizará a conferência dos insumos e verificará a conformidade com as exigências deste Contrato, atestando o fornecimento e encaminhando a respectiva Nota Fiscal para pagamento;

12.2.3 Os pagamentos SOMENTE serão efetuados por meio de crédito em conta corrente da Contratada na Caixa Econômica Federal - CEF, nos termos do Art. 4º da Lei Estadual 18.364, de 10 de janeiro de 2014.

12.3 A CONTRATANTE poderá suspender o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

12.3.1 Insumo entregue fora das especificações e características exigidas;

12.3.2 Existência de qualquer inadimplência contratual;

12.4 Do valor da(s) Nota(s) Fiscal(is) e/ou Fatura(s) apresentada(s) para pagamento, será(ão) deduzida(s), de pleno direito:

12.4.1 Eventuais multas impostas pelo CONTRATANTE;

12.4.2 Eventuais multas, indenizações ou despesas a ele imposta, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento pela CONTRATADA, de leis ou regulamentos aplicáveis à espécie.

12.5 Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária;

12.6 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, esta deverá ser devolvida por meio de ofício, com notificação expressa à CONTRATADA sobre as possíveis sanções previstas. Nesse caso, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da nota fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E MULTAS

13.1 Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da SEAPA, as seguintes penalidades:

a) Advertência, conforme previsto no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a CONTRATADA, além das sanções referidas no art. 78 da Lei Estadual nº 17.928/2012, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos, conforme estabelece a referida lei:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração e descredenciamento no CADFOR, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, graduado pelos seguintes prazos:

I – 1 (um) ano, nos casos da contratada que:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não mantiver a proposta;
- c) não entregar a documentação exigida no edital;
- d) causar atraso na execução do objeto.

II - 2 (dois) anos, nos casos da contratada que:

- a) falhar na execução do contrato;
- b) fraudar a execução do contrato.

III - 3 (três) anos, nos casos da contratada que:

- a) declarar informações falsas.

IV - 4 (quatro) anos, nos casos da contratada que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) cometer fraude fiscal.

V - 5 (cinco) anos, nos casos da contratada que:

- a) comportar-se de modo inidôneo.

13.2 O contratado que praticar infração prevista no item 13.1, alínea "c", inciso V, será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a administração estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção;

13.3 As sanções previstas no item 13.1, alíneas "a" e "c", poderão ser aplicadas juntamente com as da alínea "b".

13.4 Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à CONTRATADA direito ao contraditório e a ampla defesa. A CONTRATADA poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e a expensas daquele que as indicou.

13.4.1 Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

13.4.2 Concluída a instrução processual, a comissão designada ou, quando for o caso, o serviço de registro cadastral, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente para aplicar a penalidade, após o pronunciamento da área jurídica.

13.5 A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela SEAPA ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.6 As sanções descritas no item 13.1, alínea "c", também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

13.7 Pelo descumprimento da exigência prevista na Lei Estadual nº 20.489/2019, a administração pública do Estado de Goiás, aplicará à empresa contratada multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, conforme disposto no art. 7º.

13.7.1 O montante correspondente à soma dos valores básicos da multa moratória será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

13.7.2 O não cumprimento da obrigação implicará a inscrição da multa em dívida ativa da pessoa jurídica sancionadora e justa causa para rescisão contratual, com incidência cumulativa de cláusula penal, e impossibilidade de contratação da empresa com administração pública do Estado de Goiás, de qualquer esfera do Poder, pelo período de 02 (dois) anos ou até efetiva comprovação de implantação e aplicação do Programa de Integridade.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento. Além de outros casos previstos na Lei 8.666/93 e compatíveis com o presente ajuste constituem motivo para rescisão do contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) o atraso injustificado no início da execução do objeto;
- d) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à SEAPA;
- e) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- f) o cometimento reiterado de faltas na sua execução,
- g) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - COMPROMISSÓRIA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E DE ARBITRAGEM

15.1 As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, chamamento público ou procedimento congênere, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA)**, outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante Anexo X.

15.2 E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em meio eletrônico.

TIAGO FREITAS DE MENDONÇA
Secretário de Estado da SEAPA

CONTRATADA
Representante da Contratada

ANEXO – X

ARBITRAGEM

1) Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA)**.

- 2) A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.
- 3) A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.
- 4) O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.
- 5) A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.
- 6) Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.
- 7) A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- 8) As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

TIAGO FREITAS DE MENDONÇA
Secretário de Estado da SEAPA

CONTRATADA
Representante da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **WAGNER ASSIS RODRIGUES, Gerente**, em 22/09/2021, às 13:34, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000023835401** e o código CRC **86F6B0C2**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
RUA 256 Nº 52, SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO - GOIÂNIA - GO - CEP 74610-200 - (62)3201-8997.



Referência: Processo nº 202117647000046



SEI 000023835401